



Criminal e Controle Externo de Atividade Policial

Boletim de Notícias - Edição nº 02/2011

Brasília, 07 de abril de 2011

Foto: Cleiton Andrade/PGR



Integrantes do GTCEAP se reuniram no dia 4 em Brasília.

GTCEAP recebe representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública

O representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA), delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, reuniu-se com a Coordenadora da 2ª Câmara e os integrantes do Grupo de Trabalho de Controle Externo da Atividade Policial (GTCEAP) no dia 4 de abril. Barbosa falou sobre a estruturação da Ouvidoria da Polícia Federal (PF). Uma das atribuições da SENASP é a de ser ouvidora da PF e Barbosa explicou que a Secretaria já está se preparando para exercer essa função.

O GTCEAP solicitou-lhe informações detalhadas sobre a Força Nacional, que por exercer atribuições policiais em âmbito federal está sujeita ao controle externo do Ministério Público Federal.

A coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal (2ª CCR), subprocuradora-geral da República Raquel Dodge, enfatizou ao representante da SENASP na reunião a necessidade de conhecer os critérios atualmente utilizados para recrutamento e subordinação, durante a atuação, do efetivo da Força Nacional, para que se possa exercer o controle de legalidade de sua atuação. Também solicitou o organograma da Força Nacional, os locais e missões onde ela está atuando neste ano de 2011.

O delegado Barbosa se comprometeu a encaminhar à 2ª Câmara as informações solicitadas pelo GTCEAP, para que passe

a elaborar relatórios sobre o controle da atuação da Força Nacional. Ele explicou ainda que a Força Nacional ainda está em fase de estruturação e sugeriu que o diretor da instituição, o major Alexandre Aragon, da Brigada do Rio Grande do Sul, seja convidado a participar do próximo encontro do GTCEAP para falar a respeito da atuação e da atual estrutura da Força Nacional.

Também será feito um convite ao general responsável pela atuação do Exército na formação de contingentes de apoio aos Estados, em atividades tipicamente policiais, para participar de uma reunião com o GTCEAP.

GTCEAP elabora formulário para inspeções das unidades policiais de todo o País

Foi aprovado na última reunião do Grupo de Trabalho do Controle Externo da Atividade Policial (GTCEAP), realizado no dia 4 de abril em Brasília, o modelo de formulário de inspeção das unidades policiais federais em todo o País. O uso deste formulário facilitará o trabalho dos Grupos de Controle Externo do Ministério Público Federal em cada Estado e uniformizará os critérios que serão utilizados no controle externo, contribuindo para o aprimoramento desta atividade constitucional do Ministério Público Federal. O uso de um formulário básico também facilitará a elaboração dos relatórios das inspeções de controle externo feitas pelo Ministério Público Federal e permitirá a

coleta de dados comparáveis, para formar um banco de dados estatísticos sobre o controle externo da atividade policial realizado por procuradores da República. O formulário será encaminhado aos coordenadores dos grupos de controle externo nos Estados e integrará o Roteiro de Atuação no Controle Externo da Atividade Policial do MPF.

Na reunião também ficou estabelecido que a 2ª Câmara, responsável pela consolidação e análise dessas informações, deverá receber até o dia 31 de dezembro de cada ano todos os formulários de inspeção feitos pelos procuradores da República responsáveis pelo controle externo, nos Estados. A previsão é que os dados anuais consolidados sejam publicados a cada mês de março do ano subsequente.

Encontro temático reunirá coordenadores do controle externo dos Estados

O Grupo de Trabalho do Controle Externo da Atividade Policial (GTCEAP) decidiu preparar encontro temático sobre o controle externo da atividade policial, para definir diretrizes anuais desta atuação. Para o encontro serão convidados todos os 27 coordenadores dos grupos de controle externo do Ministério Público Federal, sediados nos Estados e no DF. O encontro está previsto para ocorrer em junho, em Brasília.

A deliberação ocorreu na última reunião do GTCEAP, no dia 4 de abril. Além da



Rivaldo Barbosa, delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

sugestão deste encontro temático, será proposta à 2ª Câmara que reserve um dia do encontro nacional da Câmara, que ocorrerá no segundo semestre de 2011, para discutir temas próprios do controle externo da atividade policial.

Também ficou definido o cronograma das próximas reuniões do GTCEAP em Brasília: 23 de maio, 20 de junho e 1º de agosto.

São Paulo apresenta resultados de inspeções dos últimos dois anos

O procurador da República Roberto Antonio Dassie Diana apresentou, no dia 25 de março, o Relatório de Atuação do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial em São Paulo referentes ao último biênio (2009-2011). A compilação inclui dados comparativos de anos anteriores (a partir de 2000), e informações sobre ações realizadas ainda neste ano.

Coordenador no biênio 2009-2011 do GCEAP no Estado, Roberto Dassie apresentou crescimento no número de denúncias ofertadas pela Procuradoria da República em São Paulo (PR-SP) e significativo aumento no número de peças informativas – termo técnico para procedimentos que tratam de situações concretas de irregularidades. Enquanto em 2007 e 2008 foram apresentadas 27 e 29 peças, respectivamente, em 2009 foram 78 peças e em 2010 foram 89 (crescimento de 220% em quatro anos). Em relação a denúncias contra delegados, agentes, escrivães da Polícia Federal e outros, enquanto de 2000 a 2004 foram

formalizadas 3 denúncias por ano (com exceção de 2003, que teve 6 denúncias), em 2010 chegou-se a 10 denúncias.

O relatório, no entanto, aponta questões preocupantes, como irregularidades na apreensão e no extravio de bens na PF em São Paulo. O GCEAP-SP analisou dezenas de inquéritos policiais da unidade e constatou a existência de 118 casos envolvendo drogas em que a instauração do procedimento só ocorreu meses após a apreensão da substância. Em julho de 2008, por exemplo, havia 16 quilos de cocaína acautelados na PF em São Paulo desvinculados de qualquer inquérito policial ou procedimento judicial.

O caso do desaparecimento de US\$ 22 mil em dinheiro, de cocaína e de armas de fogo que se encontravam acautelados na PF em São Paulo até hoje não foi esclarecido (o sumiço ocorreu entre 2003 e 2004). Em razão disso, o GCEAP-SP requisitou à PF que corrigisse irregularidades no modo de apreensão e de acautelamento de bens e recomendou à instituição que corrija os procedimentos. Também instaurou procedimento investigatório criminal e de controle externo da atividade policial para acompanhar o cumprimento desta recomendação.

Inspeções – Em fevereiro, oito procuradores da República do GCEAP-SP inspecionaram as dez delegacias especializadas da PF-SP, e também a área de custódia, o setor de perícias, de planejamento e de inteligência policial. Trata-se de inspeção na maior unidade da PF em todo o país. Os procuradores verificaram que há um volume de trabalho muito maior nas del-

egacias especializadas quando comparado às outras unidades da PF. Em razão disso, foi expedido ofício ao diretor-geral da PF para ciência e providências.

Também foi autuado procedimento para garantir um local para treinos livres de tiros para os delegados.

Além da Superintendência da PF em São Paulo, foram inspecionadas delegacias da PF em Santos, Cruzeiro, Jales, São Sebastião e São José dos Campos.

PF de Santa Catarina encaminha recomendações do MPF a todas as delegacias do Estado

Em 10 de março, o superintendente regional da Polícia Federal em Santa Catarina, Ademar Stocker, enviou resposta à recomendação dos procuradores da República integrantes do Grupo de Controle Externo no Estado que pedia a criação de procedimentos de registro e controle das notícias-crime e a posterior notificação delas ao MPF. Na resposta, o superintendente informou que orientou as autoridades policiais a adotar tais procedimentos e a seguir as recomendações do Grupo, dando ciência aos procuradores de todo fato que tenha chegado ao conhecimento da autoridade policial e que possa caracterizar crime. Essa recomendação integra o formulário de inspeção elaborado pelo GTCEAP e será feita a todas as Superintendências da PF no País.

GTCEAP detecta contingenciamento na Polícia Federal

Procuradores da República que integram os GTCEAPs nos Estados têm verificado contingenciamento de diárias e de combustíveis em diversas delegacias e superintendências da Polícia Federal (PF) no País. Essa provisão é necessária para que a PF atenda cidades abrangidas por cada delegacia, em diligências. Na reunião nacional do GTCEAP ocorrida em 4 de abril em Brasília, ficou estabelecido que este tema deverá ser tratado com o diretor geral da PF, que poderá esclarecer os critérios do contingenciamento, o impacto que ele provoca, e em quais casos ele implica em não efetivação de diligências para instruir inquéritos policiais.

Expediente

Titulares: Luiza Cristina Fonseca Frischeisen (PRR-3/SP)[coordenação], Roberto Antonio Dassie Diana (PR-SP), Deltan Martinazzo Dallagnol (PR/PR), Daniel Ricken (PRM/Joaçaba), Enrico Rodrigues de Freitas (PRM/Cachoeira do Sul), Isac Barcelos (PR/AM), Daniel Salgado (PR/GO), Fernando José Aguiar de Oliveira (PR/PA) e Luciano Sampaio Rolim (PR/PE). **Diagramação e Textos:** Assessoria de Comunicação da PRR-3.